

COMENTÁRIO

A MISSÃO DO REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

AUGUSTO CAMOSSA SALDANHA
Vice-Presidente da Biblioteca do R.G.P.L.

O Real Gabinete Português de Leitura é obra de um punhado de esclarecidos emigrantes portugueses que, em dia e hora de rara felicidade, movidos pelos mais puros ideais de altruísmo, amor ao próximo e patriotismo, quiseram proporcionar aos seus irmãos menos favorecidos da fortuna o mesmo bem com que o destino os tinha aquinhoado: a instrução.

Fundado em 1837 sob a denominação de GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA, era sua finalidade única, segundo os estatutos de 1841, “promover a instrução”. Pura e simplesmente promover a instrução.

Os meios previstos para o conseguir eram: “1) organizar uma livraria escolhida nas ciências, literatura e artes; 2) coligir as obras e manuscritos de mérito na língua portuguesa; 3) subscrever os mais acreditados periódicos nacionais e estrangeiros concernentes às ciências, à literatura, ao comércio e às artes.” O capital social era de vinte contos de réis, divididos em 1.000 ações de 20\$000 réis. Os rendimentos da nova sociedade consistiam em: “1) mensalidades pagas semestralmente pelos acionistas; 2) subscrições dos subscritores; 3) multas taxadas pelos estatutos e regulamentos; 4) quaisquer outros rendimentos não classificados.” Além de acionistas, existiam sócios colaboradores e honorários-correspondentes. Previa-se também a categoria de subscritores.

Os acionistas tinham que ser cidadãos portugueses, “bem morigerados e de ocupação honesta”. Os subscritores podiam ser de qualquer nacionalidade, mas, como os acionistas, tinham também que ser “bem morigerados e de ocupação honesta”. Esta era a condição para se fazer parte do quadro de sócios do Gabinete. Os subscritores podiam abonar-se por 3, 6 ou 12 meses mediante pagamento adiantado de 4\$000 rs., 7\$000 rs. e 12\$000 rs. respectivamente, com o que adquiriam o direito ao “uso da livraria e mais objectos do Gabinete”.

Esta a estrutura implantada.

Seria agora interessante, parece-nos, averiguar de que modo e até que ponto conseguiu o Gabinete atingir o seu objetivo de “promover a instrução”.

Poucas são e inconcludentes as informações que encontramos em relação aos seus primeiros anos de atividade e nenhuns os dados estatísticos. Mas é lícito supor que se tenha trabalhado com entusiasmo, grande dedicação e algum proveito.

Mas a verdade é que, com o regime de trabalho em vigor naqueles tempos, em que o dia começava entre as 7 e as 8 horas da manhã e se estendia até às 10 da noite, não devia ser fácil, principalmente para a gente do comércio, encontrar tempo para frequentar o Gabinete. Talvez tenha sido por isso que se mantinha a biblioteca aberta aos domingos, feriados e dias santificados, das 8 horas da manhã até às 2 da tarde. Assim, os mais morigerados, aqueles que não tinham tempo de seu nos dias úteis, podiam dedicar algumas horas ao cultivo do espírito, à sua instrução. Mas fora dos domingos, feriados e dias santificados a afluência de leitores à biblioteca não devia ser grande. O trabalho árduo e prolongado não deixava muito tempo para isso e esta era uma dificuldade séria.

Mas aqueles homens admiráveis, cheios de entusiasmo, de fervor, de abnegação não se deixavam vencer facilmente.

Não podiam, por falta de tempo, ir à biblioteca?

Pois que a biblioteca viesse até eles!

E veio.

Encontramos a confirmação disso nuns dados estatísticos publicados com os estatutos de 1873, onde se lê que, contra 4.028 leitores que frequentaram a biblioteca, nesse mesmo ano saíram, por empréstimo a acionistas e subscritores 37.367 volumes. Nada menos de 37.367 volumes! É um número considerável para aquela época. E não podemos deixar de pensar nos milhares de horas roubadas ao descanso e ao sono desses homens abnegados que a leitura de todos esses livros representa. É emocionante.

Vê-se ainda que a biblioteca do Gabinete tinha crescido rapidamente. Nesse ano, o seu acervo era composto de 21.000 obras e cerca de 50.000 volumes. Também se adquiriu “espaçosos terrenos na rua da Lampadosa N^os 28, 30, 32 e 34, com frente para o largo da Academia, onde deve ser construído o edifício para a sua biblioteca, com proporções para acomodar mais de 200.000 volumes e que terá salões para leitura, reuniões, conferências literárias e científicas, etc.”.

Esse ano de 1873 deve ter sido um dos mais fecundos na história do Gabinete e foi, sem dúvida, nessa época que se lançaram as bases em que se iria apoiar a sua expansão e a grandiosidade dos propósitos e de meios que iria marcar toda a sua vida futura.

Além de se comprar o terreno para a construção da nova séde, aumentou-se o capital social para 25.000 ações de 20\$000 cada uma e autorizou-se a Diretoria a contrair um empréstimo “que não excederia de duzentos e cinquenta contos de réis”. Tudo isto foi objeto da reforma estatutária desse ano, a mais ampla e a mais prenhe de consequências de quantas se havia empreendido até então.

Foram seus autores, vale a pena lembrá-lo, Joaquim Bernardino Pinto Machado, José Joaquim Ferreira Margarido e Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos, todos homens de grande envergadura moral e cívica e clara visão do futuro.

Seria injusto não destacar aqui a figura singular de Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos por tudo o que fez pelo Gabinete mas muito principalmen-

te por ter sido ele o mais ardoroso batalhador para que fôsse tornada realidade a construção do edifício em que hoje se acha instalado o Gabinete.

Foi também em 1873 que o Gabinete teve, pela primeira vez, delimitada com clareza e objetividade a sua missão cultural.

Se antes o seu objetivo era “promover a instrução”, organizando para tal “uma livraria escolhida nas ciências, literatura e artes”, etc., etc., agora a oportuna reforma vinha “ampliar os seus fins e dar maior desenvolvimento à ação instrutiva, que foi o intuito da sua organização”. Consistiu essa ampliação em determinar a criação de “cursos de instrução primária e secundária e outros de utilidade moral e prática, e bem assim instituir preleções e conferências literárias e científicas, admitindo gratuitamente aos mesmos cursos, preleções e conferências indivíduos de todas as nacionalidades”.

Só mais tarde, muito mais tarde, precisamente em 1953, se viria a alargar de novo a missão do Gabinete, que passaria a ser a de “promover a instrução e desenvolver a cultura luso-brasileira”. Essa mesma reforma de 1953 autoriza também que se promova e auxilie pelo FUNDO DE BOLSAS DE ESTUDO “viagens a Portugal de intelectuais brasileiros que se destaquem nas Artes, Ciências ou Letras; e igualmente a vinda ao Brasil de individualidades portuguesas de idêntica categoria”. E mais, que se fomente duma maneira geral e pelos meios consignados nestes estatutos “o intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil ou coadjuvando e auxiliando quaisquer iniciativas cujo fim precípua seja o referido intercâmbio”.

Assim se tem feito até hoje.

A biblioteca tem constituído uma grande ajuda para leitores e pesquisadores em geral e os serviços prestados pelo Centro de Estudos não têm sido de menor importância a julgar pela impressionante regularidade com que as matrículas se vêm esgotadas apenas um ou dois dias depois de anunciados os cursos.

Poder-se-á fazer mais?

Certamente que sim, principalmente agora, desde que a Diretoria passada, num esforço notável e com uma visão verdadeiramente providencial conseguiu dotar o Gabinete de uma autonomia financeira que há muitos, mesmo muitos anos lhe faltava e graças à qual lhe é possível agora olhar com tranquilidade o futuro e continuar a formosíssima obra que lhe foi legada pelos gigantes que fundaram esta casa e a sustentaram até aos nossos dias.